

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

43 verificar eventuais falhas se ocorreram ou não, obviamente se constatado que não ocorreram
44 falhas ou algumas inadequações de procedimentos, as licenças permanecem; caso a comissão
45 conclua que algumas complementações deverão ser feitas, deverão; e caso a comissão indique
46 a suspensão da licença nós também iremos optar por suspendê-la.

47 Sabemos que existe um trabalho realizado por uma Câmara Temática do Conselho
48 Estadual que fez a análise do Empreendimento Protocol no Município de Itaperuçu, achamos
49 que o que vale para um deve valer para todos. Então vamos reavaliar todos. Dentre em breve,
50 esse trabalho sendo realizado, proponho uma reunião extraordinária do nosso Conselho para a
51 apresentação dos resultados, não só dos integrantes da Câmara Temática como também dos
52 integrantes listados na nossa resolução. Espero que isso aconteça dentre em breve, logo após a
53 conclusão desta fase dos trabalhos previstos em resolução. Então, para que não fique apenas
54 um empreendimento sendo avaliado, acho que todos, até agora licenciado, devem ser também e
55 já estão sendo.

56 A Sra. Conselheira Simoni Tanus (UTP):- Gostaria, em nome das universidades, que
57 seja convidado alguém da Universidade, um professor da área para acompanhar a revisão.

58 O Sr. Presidente:- Neste momento os responsáveis são os técnicos listados na
59 resolução. Esses técnicos têm a prerrogativa de convocarem outros técnicos de órgãos
60 ambientais que sejam do interior. Essa solicitação de acompanhamento por parte das
61 Universidades, peço que seja encaminhada ao gabinete do Secretário, acompanhada do
62 *curriculum*, de preferência o *curriculum lattes*, dos que pretendem acompanhar este trabalho e
63 que isso chegue até nós no máximo até sexta-feira. Peço que seja protocolada no gabinete
64 acompanhado do *curriculum lattes*. Nas questões das Universidades que pretendem
65 acompanhar, mas em caráter consultivo e não deliberativo.

66 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Sr. Secretário, também vou na mesma linha, se for possível
67 a FIEP também gostaria de acompanhar, até porque ela faz parte da Câmara Temática e seria
68 um aumento de cultura técnica fazer este acompanhamento.

69 O Sr. Presidente:- As solicitações acompanhadas do *curriculum lattes*. Agora tivemos
70 essa abertura para as universidades, a FIEP já participou da análise do empreendimento
71 Protocol, de toda a forma peço que seja enviada a solicitação, mas saliento que esse não é um
72 grupo imenso formado com várias pessoas, porque pode atrasar os trabalhos. Então, penso que
73 as solicitações podem chegar para que sejam devidamente analisadas e quanto ao
74 indeferimento ou deferimento informaremos na sequência.

75 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Parece-me que seria salutar pelo menos fazer o
76 acompanhamento, não ter direito a voto, mas fazer o acompanhamento. O segundo item
77 pergunto se são apenas essas quatro empresas que pediram licenciamento para isso ou teria
78 mais alguma.

79 O Sr. Presidente:- Todos que detém, de uma forma ou de outra, licença ambiental. Claro
80 que essas que estão listadas poderão ter uma ampliação como ontem já solicitei que os demais

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

81 empreendimentos que tenham obtido a licença também sejam incluídos.

82 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Licenciamento para operar com resíduos urbanos?

83 O Sr. Presidente:- Resíduos urbanos.

84 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Ok.

85 O Sr. Presidente:- Neste momento resíduos sólidos urbanos.

86 Dando continuidade à nossa pauta, temos os itens: BHC - medidas adotadas pós
87 autodeclaração, Relato do Grupo de Trabalho Ecotoxicidade e Relato do Grupo de Trabalho
88 “Política de Educação Ambiental”. Proponho inversão de pauta para iniciarmos com o Relato do
89 Grupo de Trabalho Ecotoxicidade. (Pausa). APROVADA. Então, com a palavra a Sra. Márcia
90 Nieweglowski.

91 A Sra. Márcia Nieweglowski (CRH-SEMA):- Boa tarde a todos, sou bióloga, trabalho com
92 ecotoxicologia há mais de 25 anos, até ano passado atuava no IAP no Laboratório de Toxicologia
93 e agora estou na Coordenação de Recursos Hídricos tentando dar uma visão um pouco
94 diferente a respeito do que é qualidade ambiental, onde podemos contribuir.

95 Neste sentido foi o que propomos, a partir da Coordenação de Recursos Hídricos da
96 SEMA, abertura e revisão da Resolução Industrial 070, porque foi discutida e publicada, não
97 tivemos participação na elaboração e saiu com algumas incoerências que estavam gerando
98 dúvidas tanto para os prestadores de serviços quanto para as empresas e até mesmo para o
99 pessoal do próprio Estado. Então, a partir dessa realidade, tivemos uma proposta a partir da
100 Coordenação de Recursos Hídricos.

101 O início do Grupo de Trabalho foi no dia 28 de maio de 2010 e até agora foram
102 realizadas seis reuniões, a coordenação do grupo técnico ficou ao meu encargo e a Secretaria
103 da Professora Dra. Marlene Soares da UTFPR. A base legal - criamos uma resolução para
104 controle de efluentes referentes a questão ecotoxicológica; a base constitucional - todos têm
105 direito ao meio ambiente equilibrado, que é um bem de uso comum e essencial à sadia
106 qualidade de vida, impondo-se ao poder público, somos nós, e a coletividade o desejo de
107 defendê-lo, preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Essa missão é a que temos que
108 ter acima de nossas cabeças. Lei Federal de Recursos Hídricos - considera a toxicidade como
109 um parâmetro na cobrança pelo lançamento de esgotos e demais resíduos nos corpos hídricos.
110 Essa é uma visão que as empresas têm que começar a ter, de começar a controlar a toxicidade,
111 porque quanto mais tóxico o seu efluente mais vão pagar na hora de lançar. Isso está na Lei
112 Federal. Resolução Conama 357, que tem que ser regulamentada, porque no Artigo 34, § 1º, diz:
113 “O efluente não deverá causar ou possuir potencial para causar efeitos tóxicos aos organismos
114 aquáticos no corpo receptor, de acordo com os critérios de toxicidade estabelecidos pelo órgão
115 ambiental competente”. A nosso ver o órgão ambiental competente poderia ser o IAP, a Sema,
116 por meio de resolução, mas é muito mais construtivo e muito mais referendado se essas
117 medidas forem discutidas no Conselho Estadual do Meio Ambiente que é onde a sociedade
118 participa e elas se tornam muito mais efetivas à medida que a gente discute isso coletivamente.

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

119 Então, o objetivo desse GT foi de estabelecer critérios e padrões ecotoxicológicos para
120 o controle de efluentes líquidos lançados em águas superficiais do Estado do Paraná.
121 Superficiais subentendem-se rios, águas salobras e águas salinas que sejam de domínio do
122 Estado onde o Estado possa atuar e normatizar. Também rever, esclarecer e fortalecer os
123 critérios ecotoxicológicos da Resolução Cema 070, da Portaria IAP 019 e Instrução Normativa
124 DIRAM 002 - sistema de automonitoramento, relativamente só a ecotoxicidade, não nos
125 mexemos outros parâmetros.

126 O que estamos visualizando na discussão dessa resolução? Estamos propondo metas
127 progressivas, iniciando com limite máximo de toxicidade fator 08 que já é vigente. Hoje na
128 Instrução Normativa do DIRAM e da Portaria do IAP para o automonitoramento, ou seja,
129 ninguém será surpreendido com uma nova medida de repente um novo valor a ser seguido, já
130 está em vigor, só que estabelecemos metas progressivas. A partir do quarto ano de renovação
131 de licença vamos ter que avançar um pouquinho e reduzir a toxicidade de efluente para fator de
132 toxicidade menor que quatro e mais quatro anos, no oitavo ano, reduzir a toxicidade para fator
133 de toxicidade menor ou igual a dois. Ou seja, 50% da amostra diluída não causa efeito tóxico,
134 mas se colocar uma mostra pura, o efluente puro aí já causa efeito tóxico. Não é nada de mais
135 essa nossa solicitação.

136 Também propomos que as ETE's da Sanepar ou qualquer empresa de saneamento que
137 recebam efluentes industriais sejam também enquadradas na necessidade de fazer teste de
138 toxicidade para controlar a saída de substâncias tóxicas. Essa é uma discussão grande,
139 sabemos que ETE, por ter um caráter social, muitas vezes são proteladas muitas medidas que
140 são exigidas das empresas e não são exigidas das ETE's. Por exemplo, hoje na nova Resolução
141 do Conama, que está para sair, foi retirado o limite de amônia e sabemos que amônia é tóxica,
142 porque as ETE's instaladas não conseguem reduzir muito o teor de amônia, então não
143 conseguiram atingir o padrão por isso tira-se da norma. Mas é uma coisa complicada em termos
144 ambientais.

145 Essa Resolução define métodos e organismos para os ensaios; define padronização da
146 Associação Brasileira de Normas Técnicas, para ninguém ficar inventando métodos e testes e
147 apresentando resultado maluco; define critérios de qualidade laboratorial; define um prazo de
148 quatro anos para revisão e adequação da Resolução - isso é uma boa medida, porque temos
149 que ver o quão efetiva foi a Resolução até aquele ponto, se não tem que ser revisada,
150 readequada, se foi possível avançar ou não, se tem que retroceder. Essa é uma medida que
151 achamos bastante interessante. Os critérios de qualidade também são definidos, onde os
152 ensaios laboratoriais ecotoxicológicos deverão ser acreditados pelo INMETRO ou por
153 laboratórios qualificados e aceitos pelo IAP ou por algum órgão gestor do Estado do Paraná,
154 para não engessar demais a questão da qualidade, uma vez que qualidade é uma coisa cara e
155 nem todo mundo pode fazer isso imediatamente, então esse é um passo intermediário. Define
156 quatro anos para revisão e adequação da Resolução, como já tinha dito lá atrás.

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

157 Quem participa? É bem democrático, são só as instituições, mas às vezes tem duas ou
158 três pessoas muitas vezes. Participam do grupo: Sema, IAP, Instituto das Águas, FIEP, Bosch,
159 Fosfertil, Petrobras, Sanepar, Conselho Regional de Biologia, Conselho Regional de Química,
160 Universidade Federal do Paraná, UTFPR, Universidade Positivo, Universidade Tuiuti, PUC,
161 SENAI-CIC, Lecotox, UMWELT e a Monitoria Laboratório. De todos os segmentos envolvidos na
162 questão estão participando do GT.

163 Agradeço a todos e informo que os documentos estão disponíveis no site do Conselho
164 Estadual do Meio Ambiente, no link GT de Ecotoxicologia. Fico à disposição para perguntas, quis
165 ser breve para não ocupar muito o tempo e vocês.

166 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Parabéns pela apresentação, Márcia. Foi bem
167 esclarecedora, louvo o trabalho de vocês, é uma iniciativa diferenciada do que vemos no nosso
168 Brasil. Só gostaria de contribuir, dentro do que eu vi, na fundamentação legal. Ficou ausente
169 quanto à questão da política nacional de meio ambiente. Acho que é importante sempre
170 reforçarmos, porque é derivada da primeira Conferencia do Meio Ambiente, embora tenha um
171 texto bem declarativo absorvemos ele como forma de lei e devemos seguir essa lei. Não é uma
172 lei, digamos apenas pragmáticas, ela põe instrumentos, objetivos, então qualquer
173 fundamentação legal...

174 A Sra. Márcia Nieweglowski (CRHA-SEMA):- Ela está na fundamentação, só que
175 ontem na preparação da palestra procurei nesta lei o fundamento para limites de controle, mas
176 como não achei. Então, estava com pressa, tirei fora e a Constituição é maior que isso, basta,
177 mas está no corpo da lei, da norma.

178 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Está em instrumentos e fixação de padrão.

179 A Sra. Márcia Nieweglowski (CRHA-SEMA):- Tá.

180 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- A questão da ETE, não sei como isso está
181 disposto em norma. Você chegou falar em caráter social, mas vejo como utilidade pública a
182 Estação de Tratamento. Era isso que gostaria de contribuir e parabenizo novamente o seu grupo
183 de trabalho pelo longo caminho que vocês estão percorrendo e fazendo história.

184 A Sra. Márcia Nieweglowski (CRHA-SEMA):- A Sanepar apresentará uma proposta
185 sobre as ETE's, de como ela acha que seria possível e adequado e vai submeter ao grupo.

186 O Sr. Presidente:- Alguém mais?

187 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Também lhe parabenizo pela condução dos trabalhos, é
188 muito interessante e acho que estamos no caminho certo. Eu inclusive, pela FIEP, estimei
189 muito para que diversas empresas participassem para depois não chegarem na FIEP e dizerem:
190 "Olha, foi aprovado e não tomamos conhecimento!" Não, tem que participar desde o começo
191 para ajudar a construir sempre.

192 Tenho uma dúvida, não recebi um informe das últimas reuniões que vocês fizeram,
193 pergunto como é essa questão em nível internacional do país mais ou menos desenvolvido ou
194 desenvolvido.

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

195 A Sra. Márcia Nieweglowski (CRHA-SEMA):- Conheço o sistema americano, fiz MBA em
196 mil novecentos e antigamente e a formação do pessoal do IAP é formação alemã. Então,
197 conheço a realidade de um lado e do outro. Na Alemanha o que estamos falando aqui em
198 começar a controlar a toxicidade aguda, isso é tempo passado. Já aconteceu, acontece *on line*
199 nos rios de alerta de cargas tóxicas para parar a captação e as empresas também já têm
200 sistemas *on line* nos seus países. Então os efluentes hoje na Alemanha praticamente não saem
201 mais com toxicidade aguda, ou seja, toxicidade aquela que você põe o bichinho e o bichinho
202 morre. Já estão partindo para a toxicidade crônica e a toxicidade para células e até em biochip.
203 Não sei explicar bem o que é biochip, mas tivemos uma colega da Universidade Federal que já...
204 Nos Estados Unidos também é a mesma situação, só que com metodologia um pouco diferente.
205 Nos Estados Unidos eles fazem avaliações sobre a toxicidade sobre 50% de efeito, ou seja, uma
206 concentração que pode causar efeitos em 50% dos organismos, 50% sobrevivem e 50%
207 morrem.

208 Na Alemanha a visão filosófica deles é que o efluente não deve ter efeito tóxico agudo,
209 ele não deve causar efeito tóxico. Então essa nossa abordagem é uma abordagem mais alemã e
210 na Alemanha antigamente tinha-se toxicidade altíssima hoje já não existe toxicidade.

211 Aqui no Brasil, na mesma. Tem o Rio Grande do Sul que tem a Resolução parece-me
212 que 51 e é muito mais do que estamos propondo. Tem incluídos efeitos genotóxicos dos
213 efluentes, controlando efeitos genotóxicos. Em Santa Catarina é parecida com a nossa. O Rio
214 Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina estão trabalhando na mesma linha, São Paulo trabalha
215 com um modelo americano, Pernambuco trabalha na mesma linha alemã e o Espírito Santo está
216 começando a definir agora o que vai fazer, e o Rio de Janeiro trabalha na mesma linha alemã.

217 No Paraná os limites 16, 08, 04 estudamos antes de propor. Há muito tempo, no
218 laboratório do IAP, vimos fazendo testes com efluentes e comparando resultados por grupo, por
219 categoria. O que está estabelecido no nível 08 é o que a tecnologia hoje consegue alcançar. Se
220 a tecnologia não conseguisse não teríamos proposto, mas sabemos que hoje a tecnologia é
221 muito básica, é uma tecnologia para remover carga orgânica na maioria das vezes. Os
222 parâmetros de licenciamento, de modo geral, no Brasil inteiro, são parâmetros que não
223 qualificam tanto os lançamentos por qualidade. Observa-se como qualidade é a quantidade de
224 matéria orgânica, material sedimentado. Isso representa pouco ou quase nada efeitos sobre
225 organismo da flora e fauna aquática. Então o ganho dos parâmetros ecotoxicológicos, as
226 próprias empresas vão começar a ver o quanto aquele efluente que ela gera é tóxico ou não, e o
227 que ela tem que modificar internamente nos processos para evitar sair efluentes tóxicos. Sei de
228 um exemplo de Santa Catarina, não houve multa, que foi feito teste em várias indústrias têxteis e
229 elas não conheciam a toxicidade de afluente. No momento em que elas começaram a conhecer
230 a toxicidade elas por si começaram a mudar os processos, tentar otimizar o sistema de
231 tratamento para remover as toxicidades, porque os sistemas eram desenhados para remover
232 DBO, DQO, etc.

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

233 Então a engenharia, como medidas como essas, terá que começar a repensar métodos.
234 Acho que isso é salutar, porque é sempre um avanço, há que se ter avanço. Então, o que
235 estamos propondo aqui já é muito velho lá fora e aqui no Brasil também já é velho. Desde que
236 entrei no IAP a CETESB já fazia, e nós ensinamos Rio Grande do Sul, Santa Catarina e
237 Pernambuco a fazer os ensaios, porque foi por meio do convênio Brasil/Alemanha, Convênio
238 GTZ, que tivemos essas oportunidades e o Jorge é uma das testemunhas dessa situação.

239 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Quero manifestar uma dúvida. No tipo do trabalho está lá
240 controle da toxicidade das águas superficiais. Esse “superficiais” não é perigoso, ser só
241 superficial?

242 A Sra. Márcia Nieweglowski (CRHA-Sema):- Na última reunião que tivemos tiramos tudo
243 que se trata de controle da água. Nesta Resolução, para ficar mais enxuta e mais objetiva, num
244 primeiro momento vamos tratar só de efluente, depois a qualidade da água vamos ter que
245 discutir em seguida, porque não envolve só o Conselho Estadual do Meio Ambiente, envolve
246 também o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Então, são efluentes lançados em corpos
247 hídricos superficiais, mas é o efluente não a água.

248 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Mas permaneço na dúvida que se só tratar do efluente
249 superficial não é perigoso, porque alguém vai enterrar a sua canalização, vai jogar no esgoto
250 pluvial e o problema continua.

251 A Sra. Márcia Nieweglowski (CRHA-SEMA):- Com certeza. Acredito que essa situação
252 de enterrar o esgoto e jogar na pluvial pode acontecer em qualquer tempo, não é uma questão
253 específica agora. Mas acredito que temos que começar a construir e eu como técnica do Estado,
254 da Secretaria do Meio Ambiente e até do IAP, vejo que as nossas instituições terão que se
255 estruturar para que essas informações de toxicidade que virão dos automonitoramentos e das
256 fiscalizações que o IAP deve fazer em cima desse parâmetro tem que parar em algum banco de
257 dados para podermos fazer gestão com essa informação. Não adianta gerarmos informação e
258 não conseguirmos avaliar, não conseguir passar essa informação para o Instituto das Águas
259 quando for fazer uma outorga. Então isso tudo tem que ser construído, mas é um avanço além
260 da norma. Por isso que a toxicidade, agora estou olhando para o João Samek, que a questão do
261 enquadramento dos corpos hídricos, o reenquadramento e piorar as classes hoje, junta a classe
262 02 e propor enquadrar na classe 03, é perigoso, porque no Conama 357 rios classes 01 e 02
263 não deve apresentar toxicidade crônica, ou seja, que causa efeito sobre a reprodução dos
264 organismos, sobre a multiplicação deles, são os efeitos não diretos, porque quando passa de
265 classe 02 para classe 03 esse rio não deverá apresentar toxicidade aguda, o efeito letal. Então
266 você muda sobremaneira a qualidade da água do rio em termos toxicológicos e isso por si só já
267 deveria ser a justificativa para manter o corpo hídrico com a meta de qualidade melhor. Como
268 meta, mesmo que não alcancemos num primeiro momento, mas temos uma meta de qualidade
269 muito boa - é como o colesterol, nossa meta é 100, o meu está 150 mas minha meta continua
270 sendo 100. Acho um perigo e isso tem que ser levado com consideração. Tecnicamente eu

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

271 penso assim, agora isso depende de outros entendimentos também.

272 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Márcia, tenho dúvida na questão dos
273 hormônios. Onde eles entram? Entram na análise fator toxicológico, como é feito isso? E essa
274 sua angústia, para lhe acalantar, o rebaixamento do rio de classe é incongruente com a Política
275 Nacional de Recursos Hídricos. Quero me expressar objetivamente, eventual Portaria que
276 rebaixa o rio pode ser facilmente questionada na justiça para reenquadrá-lo na classe anterior. E
277 lembro que nossos rios aqui no Paraná estão enquadrados pela Portaria da SUREHMA, a
278 SUREHMA não existe mais. O enquadramento é de 1991, se não me falha a memória.

279 A Sra. Márcia Nieweglowski (CRHA-Sema):- A questão hormonal está além, muito mais
280 específica do que essa questão que eles estão falando, estamos falando de toxicidade aguda,
281 gente! A questão hormonal também é uma questão ecotoxicológica, porque muitas das
282 substâncias que não conseguimos medir quimicamente podem ser das ruptores endócrinas,
283 mudar o metabolismo de organismos, mudar sexo de organismo. Estive em um seminário em
284 Vitória, há um mês, o tipo de estanho, que é utilizado para limpar cascos de navio, muda o sexo
285 de um bival. Isso está provado em toda a Bahia. O Rodoflei, que é mestre na área marinha,
286 também tem vários ruptores endócrinos. Então isso vai além. Nem estamos falando disso,
287 estamos falando em controle de efeito agudo. É o grosseiro, é muito grosseiro, mas com certeza
288 há uma preocupação e as nossas universidades, tanto a Federal quanto o UTFPR, estão
289 fazendo pesquisas nesse sentido. Mas ainda, em termos normativos para controle, considero a
290 toxicidade como se fosse uma DBO. É um limite, ponto. É um teste em laboratório com limite só
291 que usa organismo vivo e consegue sintetizar os efeitos das substâncias sobre organismo vivo,
292 que representa os efeitos dos químicos sobre organismos vivos. Então, é isso que a toxicidade
293 é. Agora quando se avança em pesquisas dos ruptores endócrinos e efeitos subcrônicos, efeitos
294 celulares, não consigo dizer. Temos que desenvolver estudos muito mais específicos para isso,
295 com indicadores específicos, depende muito de conhecimento e não é uma coisa que se faça
296 em nível de órgão de controle ambiental. Não tem como.

297 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Só para termos uma análise de comparação. A
298 questão do hormônio na água que bebemos. Isso é analisado?

299 A Sra. Márcia Nieweglowski (CRHA-Sema):- Não sei.

300 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Obrigado.

301 O Sr. João Samek (Instituto das Águas do Paraná):- Para esclarecimentos quanto a
302 questão que os rios não estariam mais enquadrados em nosso Estado, uma vez que a
303 SUDERHSA ou a SUREHMA não existe mais. Ocorre que todo ato legal emitido por uma
304 instituição passa por uma transformação, é assumida por uma nova institucionalidade os atos
305 legais permanecem. Então, a própria lei tomou o cuidado para que não fosse, nessa
306 transformação, dada essa oportunidade em dizer que não temos no Estado do Paraná o
307 enquadramento dos corpos d'água. Segundo ponto que é bom esclarecer, temos participado em
308 nível nacional do Conselho de Recursos Hídricos nessa discussão do enquadramento ou

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

309 reenquadramento vai culminar no processo das metas progressivas.

310 Então, temos uma realidade que está totalmente disforme naquilo que a lei estabelece,
311 ela sempre segue, ela cria essa orientação, ela permanece, mas, entretanto, para se estabelecer
312 um processo de metas progressivas está sendo desenvolvido através do Instituto, principalmente
313 aqui na Região Metropolitana de Curitiba, toda uma proposta, inclusive em nível do próprio
314 Conselho, da nossa Agência do Alto Iguaçu, para que estabeleça os procedimentos da proposta,
315 da meta progressiva para que se alcance num prazo determinado a melhoria da água almejada.

316 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Não falei em momento nenhum que o rio não
317 está enquadrado. Falei que existia uma Portaria da SUREHMA e essa Portaria da SUREHMA
318 tem vida até que outra sobrevenha. Então, entendo que ela tem vida, o rio está enquadrado e
319 não é desmerecer o Instituto das Águas do Paraná, a SUDERHSA que vêm fazendo um trabalho
320 diuturno e de extrema importância no Estado do Paraná. Até quero enobrecer o trabalho que
321 vocês fazer, mas não quis dizer, em momento algum, referir-me como uma Portaria que não
322 existe mais no mundo jurídico.

323 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Secretário, como veio à baila à discussão sobre o
324 enquadramento dos rios, temos acompanhado e participado do Comitê das Bacias do Alto
325 Iguaçu e dos afluentes do Rio Ribeira, e isso me faz fazer duas colocações. Primeira é dirigida a
326 ONG Gari, que gostaria muito que ela estivesse participando, porque o debate é muito grande,
327 muito profundo, muito importante e estamos vendo que o quadro apresentado para esse Comitê,
328 dando o enquadramento de todos os rios dessa região que mencionei, tem pouquíssimos
329 lamentavelmente que estão na classe 1 e vai até 4-B. É preocupante, porque 4-B é um rio morto
330 e quem for na foz do Rio Belém com o Rio Iguaçu recomendo ir com grampeador de roupa para
331 pôr no nariz, porque é difícil chegar lá sem esse dispositivo. E uma segunda sugestão é que este
332 Conselho convide para oportunamente esse Comitê fazer uma exposição para nós, já que temos
333 o Conselho Estadual do Meio Ambiente tem que ajudar a resolver também o problema das
334 águas.

335 O Sr. Presidente:- Vamos propor num espaço futuro uma reunião conjunta do Conselho
336 Estadual de Recursos Hídricos e Conselho Estadual do Meio Ambiente, fazer uma reunião com o
337 Conselho de Recursos Hídricos única e exclusivamente. Será um encontro de Conselhos.

338 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Ok.

339 O Sr. Presidente:- Alguma pergunta a mais para encerramento? (Pausa). Não, então
340 vamos passar o grupo de trabalho Política de Educação Ambiental para apresentar o seu
341 trabalho.

342 A Sra. Kátia Mara de Jesus (SEED):- Boa tarde a todos, represento a Secretaria
343 Estadual de Educação, atualmente trabalho na Coordenação dos Desafios Educacionais
344 Contemporâneos com a demanda de educação ambiental. Trabalhamos no sentido de
345 implementar a educação ambiental no âmbito formal.

346 No início deste ano o Conselho Estadual do Meio Ambiente enviou para cada

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

347 Conselheiro uma planilha para que déssemos sugestões de quais seriam as atividades que o
348 Conselho Estadual do Meio Ambiente poderia estar desenvolvendo. E a Secretaria de Educação,
349 entendendo a necessidade em se criar uma política estadual de educação ambiental, enviou
350 essa demanda ao Conselho e foi acatada na última reunião que tivemos em Foz do Iguaçu. A
351 partir de então iniciamos um grupo de trabalho sobre a política estadual de educação ambiental.
352 Temos presentes alguns membros do grupo de trabalho a Débora da SEMA, o Paulo, o Walter
353 que nos abandonou, e outros integrantes aqui conosco.

354 Então, o grupo de trabalho tem por objetivo definir uma política estadual para a
355 educação ambiental no Estado do Paraná. Vou fazer uma retrospectiva bem sucinta. Esse
356 trabalho iniciou no dia 22 de abril, quando foi instalado o grupo de trabalho, e qual a demanda
357 percebemos? No Estado do Paraná vem ocorrendo algumas conferências, como a Conferência
358 de Meio Ambiente, tanto o adulto que fica de responsabilidade da SEMA como as Conferências
359 Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente que são destinadas aos alunos de 5ª a 8ª série. Como outras
360 conferências, a Conferência de Saúde Ambiental, entre outras conferências.

361 Então, percebeu-se a necessidade de se fazer um resgate desses documentos e das
362 deliberações que traziam contribuições para este documento, para a formatação da política
363 estadual. Este grupo inicial, que foi criado por meio da Câmara Temática de Biodiversidade e
364 Educação Ambiental, percebeu a necessidade de convidar outras instituições que trabalham com
365 essa demanda em suas instituições como a Copel, Sanepar, Emater, Ibama, REA, SESA, FIEP,
366 Pacto 21 Universitário, Cultivando Água Boa. Alguns desses estão conosco no grupo de trabalho
367 outros não.

368 Desde, então, elaboramos um cronograma de atividades, todas as 6ª feiras temos
369 reuniões na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, na sala do CEMA, e até o presente momento
370 ocorreram onze reuniões. Todas elas têm suas atas disponíveis na página do Conselho com a
371 lista de presença e com todas as definições que saíram deste grupo de trabalho.

372 Fizemos, semana passada, uma reunião técnica com o Professor Marcos Sorrentino
373 que já foi do Ministério de Meio Ambiente e trabalhou com a Agenda 21 Escolar e que veio nos
374 auxiliar na confecção da minuta da lei. Até o presente momento, a partir dessas onze reuniões,
375 temos uma minuta de lei que tomou por base a política nacional de educação ambiental.
376 Trabalhamos com essa base, claro não lerei toda a lei aqui, porque hoje ela tem oito laudas, mas
377 a política segue o mesmo parâmetro que a política nacional de educação ambiental. Então o
378 primeiro capítulo traz todo o embasamento, traz alguns conceitos e um dos conceitos que
379 entendemos que avançamos em relação à questão da política nacional é o Artigo 2º, onde
380 trazemos o que é educação ambiental: “Entende-se por educação ambiental os processos por
381 meio dos quais, o indivíduo e a coletividade constroem e compartilham saberes, valores
382 socioculturais, atitudes, conceitos, práticas, experiências e conhecimento voltados ao exercício
383 de uma cidadania comprometida com a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente
384 e da qualidade de vida para todas as espécies de sistemas naturais, entendidas também com a

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

385 criação de uma cultura de procedimentos democráticos e de respeito aos direitos fundamentais
386 para a sustentabilidade da vida”. Então, em relação ao que a política nacional trazia ocorreu um
387 avanço, pelo menos é o que o grupo de política de educação ambiental veio observando.

388 Trazemos também neste primeiro capítulo alguns conceitos, como conceitos do que é
389 meio ambiente, o que entendemos por meio ambiente, entre outros. Trouxemos os objetivos
390 neste primeiro capítulo quais os objetivos fundamentais da educação ambiental no Estado do
391 Paraná. No capítulo dois aparecerão as disposições gerais - este documento está na íntegra no
392 grupo de trabalho, todos que quiserem acessar podem olhar. Trouxemos aqui a quem cabe a
393 responsabilidade, porque a lei nacional diz que temos que fazer a formação continuada e aí
394 trouxemos a quem cabe a responsabilidade de fazer essa formação continuada, a quem cabe
395 desenvolver algumas atividades. E aí trouxemos no âmbito formal o que é essa educação
396 ambiental para o âmbito formal e a princípio é o órgão gestor que deverá fazer o
397 acompanhamento, essa gestão. Mantivemos a questão da não criação de uma disciplina de
398 educação ambiental, entendemos que para o ensino básico isso não é necessário e acabamos
399 esvaziando essa questão, vai trazer um suporte teórico para a discussão. Então, no ensino
400 básico não temos a possibilidade da criação de uma disciplina chamada educação ambiental,
401 porém para a graduação e pós-graduação isso se torna facultativo. Cabe às faculdades a
402 definição, apesar de que atualmente existe no MEC a discussão da diretriz curricular de
403 educação ambiental onde passa ser obrigatório que todas as faculdades que ofertam licenciatura
404 tragam uma disciplina com o tema de educação ambiental.

405 Daí trouxemos na Seção III, da Educação Ambiental não formal, uma definição,
406 trabalhamos bastante nesta definição com o Professor Marcos Sorrentino bem como as
407 atribuições para essa educação ambiental não formal. Da Execução – A coordenação da Política
408 Estadual da Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, constituída pela Secretaria
409 Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria de Estado da Educação na forma
410 definida e regulamentada desta lei. Trouxemos as atribuições desse órgão gestor e, por fim,
411 trouxemos o Inciso IV - “A institucionalização de um órgão colegiado e de caráter deliberativo
412 composto paritariamente por representantes governamentais e não governamentais, com a
413 finalidade de apoiar a implantação da política estadual de educação ambiental e de apreciar e
414 avaliar programas, projetos e ações de educação ambiental e exercer o controle social.”
415 Parágrafo Único: “Este colegiado será constituído pelos diversos segmentos da sociedade
416 regulamentado por este decreto”. Então, acreditamos que esse colegiado seja um avanço para o
417 Estado do Paraná.

418 Então, para finalizar, as próximas atividades. Dias 08 e 09 teremos um *workshop*, já foi
419 enviado convite a todos os Conselheiros, será no auditório da Copel, e um grande seminário
420 com a finalidade de realizarmos uma audiência pública, no dia 30 de agosto ao dia 02 de
421 setembro, em Faxinal do Céu, onde todos os presentes estão convidados, onde pretendemos
422 finalizar a discussão da Política Estadual de Educação Ambiental. Muito obrigada.

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

423 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Só uma consideração, Kátia. Gostaria de saber
424 se vocês levaram em conta, quando fizeram essa minuta de lei das diretrizes de educação no
425 país?

426 A Sra. Kátia Mara de Jesus (SEED):- Sim.

427 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Tenho uma dúvida sobre o Artigo 2º da minuta. Estamos
428 numa época em que não há mais que se recorrer a paliativos. Parece-me que ali está faltando a
429 palavra comprometimento.

430 A Sra. Kátia Mara de Jesus (SEED):- Na definição de educação ambiental?

431 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- “Entende-se por educação ambiental os processos por
432 meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem e compartilham...”, gostaria que
433 pensassem em colocar ali fortalecer mais o comprometimento do indivíduo e da coletividade.

434 O Sr. Presidente:- Muito bem, como sugestão à coordenação do grupo de trabalho,
435 pedimos que as eventuais sugestões sejam enviadas via e-mail para que possam ser anexados
436 ao texto ou não, e debatidas no momento da reunião do dia 08 e 09 de julho, para que durante
437 este espaço não permaneçamos discutindo o texto da lei como um todo, o projeto de lei.

438 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- O endereço eletrônico.

439 A Sra. Kátia Mara de Jesus (SEED):- cema@sema.pr.gov.br.

440 O Sr. Presidente:- As sugestões serão muito bem-vindas.

441 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Peço a consideração do Sr. Secretário que essa minha
442 sugestão fosse dispensada a escrita.

443 O Sr. Presidente:- Peço que já conste em Ata e seja encaminhado, através do Conselho,
444 um expediente à coordenação do grupo sugerindo essa modificação.

445 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Só uma questão de ordem, Sr. Presidente.
446 Queria registrar e agradecer a presença dos membros GT Ecotoxicologia, representando as
447 seguintes instituições: SENAI, Petrobras, Sanepar e Universidade Positivo. Muito obrigado.

448 O Sr. Presidente:- Mais algum membro do GT Ecotoxicologia? Não, então dando
449 continuidade aos nossos trabalhos, algum questionamento, alguma observação a mais referente
450 à matéria apresentada? Não. Então, neste momento, passamos ao relato referente à questão do
451 BHC – Medidas adotadas pós-evento da autodeclaração. A apresentação será feita pelo
452 Engenheiro Agrônomo do Instituto das Águas do Paraná, Rui Leão Mueller.

453 O Sr. Rui Leão Mueller (Instituto das Águas do Paraná):- Boa tarde a todos. Minha
454 função hoje aqui é apresentar sucintamente o que está ocorrendo com relação ao assunto BHC.

455 Com a Lei da Autodeclaração do ano passado os agricultores do Paraná tiveram um
456 período, que encerrou no dia 30 de novembro, a possibilidade de informar se tinham ou não
457 estoques em suas propriedades, como BHC e outros clorados e produtos obsoletos. Obsoletos
458 são produtos que estão armazenados em sua propriedade sem poderem usar na agricultura por
459 qualquer motivo.

460 Nesse período tivemos dois mil agricultores, entre agricultores de algumas empresas

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

461 informando a quantidade lá existente. Então temos duas mil autodeclarações conhecidas. Não
462 tenho a apresentação aqui, mas na próxima reunião posso apresentar para vocês com detalhes
463 bastante importantes, porque ainda têm coisas que estão sendo trabalhadas e coisas que estão
464 sendo modificadas, então não quero apresentar uma coisa que possa depois ser modificada.

465 Então, essas autodeclarações estão concentradas principalmente nas regiões Norte,
466 Noroeste, alguma coisa no Oeste, Sudoeste e Centro-sul, mas a grande concentração está entre
467 o Norte e Noroeste. Para isso fizemos um levantamento que nos dá 84 agricultores que não
468 informaram a quantidade de materiais estocados. Estamos com a Engenheira Carla, da FAEP,
469 que está aqui e está neste grupo de trabalho, onde envolvem entidades como a Emater, FAEP,
470 Ocepar, IAP, o grande parceiro que é o INPEV – Instituto Nacional de Processamento de
471 Embalagens Vazias, mas representando todas as indústrias fabricantes de agrotóxico do Brasil,
472 onde é parceira na questão de custo do processo. E esses 84 agricultores estão nos dando
473 trabalho, porque não temos consciência da quantidade que existe nessas 84 propriedades. A
474 FAEP e a Emater estão fazendo o levantamento. Estamos checando todo esse material, porque
475 definimos como meta principal um total de 630 toneladas de produtos.

476 Vocês vejam que a seis, sete reais o quilo quanto custará esse processo no todo. Os
477 participantes do custo, os parceiros do custo serão o Estado do Paraná e o Instituto Nacional de
478 Processamento de Embalagens Vazias. Então, as indústrias e o Governo do Estado vão
479 parcerizar essa questão de custo. Fizemos uma visão de processo, estamos em fase de
480 orçamento para as empresas orçarem o custo desse processo, estamos calculando em torno de
481 dois milhões de reais, só o Estado do Paraná e o restante através das indústrias. Tivemos cem
482 agricultores com materiais enterrados, são cem propriedades no Paraná que estão com
483 materiais enterrados. Desses cem separamos dezoito agricultores que estão com mais de quatro
484 mil quilos, quatro toneladas de produtos na sua propriedade. Essas empresas irão às
485 propriedades e ajudarão o agricultor a retirar esse material. Os agricultores que tiverem menos
486 quantidade deixaremos a cargo dele a embalagem e o encaminhamento, como previsto. Para
487 isso estamos fazendo um trabalho junto com as indústrias que fornecerão, a todos os
488 agricultores relacionados, as embalagens, que chama embalagem de resgate, são sacos
489 plásticos com capacidade para 25kg. Fornecerão a quantidade suficiente para aquilo que ele
490 declarou e também receberá todos os informes do processo, onde, quando, como entregar e
491 qual o processo dentro da sua propriedade, como vai lidar e como usar o EPI, porque a indústria
492 também fornecerá todos EPI's, são dois mil e trezentos EPI's que irão comprar para fornecer aos
493 agricultores relacionados.

494 A logística de distribuição desse material estamos pensando também em fazer através
495 da Emater e da FAEP. A Emater com as suas regionais irão receber todos os materiais
496 previamente cadastrados, separados por agricultor, já sai da indústria de São Paulo direto à
497 regional da Emater. E a regional da Emater junto com a FAEP fazem chegar àquele agricultor
498 que fez a autodeclaração. Então, se aquele agricultor de Ponta Grossa, Londrina passou pela

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

499 Emater, a Emater vai entregar aquele material a ele. Se a autodeclaração veio pela FAEP, a
500 FAEP, através dos Sindicatos Rurais do Paraná, irá entregar para aquele agricultor.
501 Conseqüentemente farão recibos daquela entrega onde o agricultor dá ciência e conhecimento a
502 tudo que está sendo feito a ele.

503 Depois disso, também estamos colocando que o agricultor terá 21 locais de recebimento
504 de devolução, sendo que a maioria deles, praticamente mais de 15 locais, está no Norte e
505 Noroeste do Estado. As 21 localidades foram logisticamente pensadas em cima da economia, da
506 eficiência e em cima da proteção ambiental. Então quanto menor a distância de entrega melhor
507 para todo mundo, na questão de custos porque isso quem vai pagar é o Estado. Então,
508 transporte, coleta, embalamento nos 21 locais o Estado que gerará essa questão.

509 Depois disso, dos 21 locais, estamos trabalhando, através da Ocepar e em todas as
510 cooperativas agrícolas do Estado necessárias da região, pedindo que nos cedam um local de no
511 máximo 100m² de barracão para que possamos temporariamente estabelecer o manuseio
512 daquele material. Então os agricultores terão, quando contratarmos a empresa, quando
513 licitarmos a empresa, terão que estar com todos os endereços prontos e definidos dentro dos
514 processos.

515 Quem está trabalhando no campo são os nossos regionais, os regionais da SEAB, da
516 Emater e FAEP, logicamente, a Ocepar de fundamental importância neste momento em função
517 desses detalhes. E depois de resolvido isso, a empresa contratada pega o material, manipula
518 nesses locais, transporta o material até os incineradores definidos pela indústria e ali é cessado
519 o trabalho do Estado com relação a essa questão. Posteriormente, o custo de incineração e de
520 todo o processo são com as indústrias.

521 Meu tempo está esgotado, alguma pergunta?

522 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Rui, queria saber como está a questão da
523 renovação da lei, já que a lei teve um prazo de vigência e sabemos que ainda tem bastante pó-
524 de-broca, BHC ou defensivos que já são superados a utilização. Existe alguma coisa em termos
525 de encaminhamento por parte da SUDERHSA? Aqui já nos manifestamos favoravelmente à
526 prorrogação do prazo legal, mas como de uma lei precisa vir outra para dilatar esse prazo, existe
527 alguma coisa sendo discutida a esse respeito ou alguém poderia contribuir para essa discussão
528 ou a Secretaria de Agricultura poderia informar como está sendo conduzido?

529 O Sr. Rui Leão Mueller (Instituto das Águas do Paraná):- Foi pensado naquela ocasião,
530 mas não houve um movimento mais nisso e a lei tem o prazo definido, então prorrogação de lei
531 acho que é meio complicado. Ou tem que fazer uma nova lei ou uma nova normativa. Mas, em
532 princípio, estamos trabalhando com esse volume, com essa quantidade de agricultores, aí
533 depois, se tiver alguma coisa a mais, que a gente veja no campo que esteja acontecendo,
534 poderemos tomar uma medida futura.

535 O Sr. Erikson Camargo Chandoha (SEAB):- O que mais somos cobrados, na verdade, e
536 recentemente até conversamos é que temos que ter um prazo. Ele falou da lei, mas o que temos

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

537 que avançar é esse prazo da retirada desses produtores que declararam. Dentro do que vocês já
538 evoluíram, já construíram, qual o prazo que podemos avançar e até instruir ou formatar uma
539 questão para que as nossas regionais cheguem até o produtor, através da Emater, da SEAB.
540 Dentro do que está sendo elaborado, dentro do que já foi construído, o prazo da retirada será
541 quando?

542 O Sr. Rui Leão Mueller (Instituto das Águas do Paraná):- Ótima pergunta. Estamos
543 iniciando esses estudos para começar a licitação mês que vem, se tudo der certo a licitação, de
544 um modo que seja o mais rápido possível, entre 10 a 15 dias é possível ser feito.
545 Conseqüentemente em agosto queremos iniciar o processo de recolhimento, porque temos até
546 dezembro como meta definitiva para recolhimento. Pode até passar um pouco, porque têm
547 vários trabalhos, vários assuntos que estão complicando. Vou dar um exemplo, temos que
548 comprar 25 mil barricas homologadas para incineração. Dessas 25 mil barricas temos duas
549 empresas no Brasil que produzem três mil barricas por mês. Então, como vamos processar toda
550 essa questão dentro desse prazo? Isso está sendo negociado, trabalhado, as indústrias estão
551 nos ajudando para que a situação seja resolvida lá em São Paulo e não temos acesso tão fácil
552 assim. Esse é um dos pontos, têm vários, mas a intenção é começar agora em agosto, o mais
553 tardar comecinho de setembro, no máximo, e terminar em dezembro com todo o recolhimento,
554 se o agricultor nos ajudar.

555 O Sr. Erikson Camargo Chandora (SEAB):- E o destino será Rio de Janeiro, São Paulo?

556 O Sr. Rui Leão Mueller (Instituto das Águas do Paraná):- Provavelmente São Paulo.
557 Outra coisa de destino lembrou-me muito bem, tivemos um mau exemplo, um exemplo que não
558 esperávamos da questão de Mandaguaçu. Então, quando foi recolhido Mandaguaçu, tivemos
559 três carretas saindo de Mandaguaçu. Essas três carretas estavam direcionadas ao Rio de
560 Janeiro, Belford Roxo, de uma indústria bastante ampla instalada que só faz isso. Sai na
561 empresa, conseqüentemente a imprensa da região breiou a entrada de qualquer tipo de produto
562 naquela indústria, fizeram um ato político violento, fizeram uma lei proibindo todo o processo,
563 tanto que a indústria de lá está mudando de município por causa dessa situação. Os três
564 caminhões ficaram parados três meses para renegociar o direcionamento da carga para outro
565 destino. Então, para não haver qualquer problema neste sentido, não faremos nenhuma
566 informação à imprensa, não queremos que ninguém converse com ninguém sobre isso, a não
567 ser nós conversando com o agricultor que autodeclarou essa questão, especificamente com ele.
568 Então, nossa ideia é essa e no final poderemos divulgar tranquilamente esse processo.

569 O Sr. Erikson Camargo Chandora (SEAB):- Obrigado.

570 O Sr. José Volnei Bisognim (Presidente do IAP):- Rui, tenho uma pergunta, você falou
571 Norte e Noroeste que mais tem BHC. Nós, do Oeste, lógico que temos, mas o Cultivando Água
572 Boa trabalhou nesta questão e fez uma limpeza geral nos municípios. Teve um pequeno
573 problema que também foi para o Rio de Janeiro e se aproveitaram disso, colocaram outros
574 produtos parecidos dentro para ir para o Rio de Janeiro e aproveitar a viagem. A Polícia Federal

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

575 apreendeu, foi uma tragédia total. Resumindo, foi isso que o Oeste e grande parte dos
576 municípios foram retirados todos e levados para o Rio de Janeiro. Esse processo você
577 acompanhou, tem conhecimento o que aconteceu lá, é o mesmo sistema que vocês estão
578 fazendo agora?

579 O Sr. Rui Leão Mueller (Instituto das Águas do Paraná):- O da Polícia Federal?

580 O Sr. José Volnei Bisognim (Presidente do IAP):- Não, o Cultivando Água Boa. Alguém
581 colocou produtos químicos oriundos do Paraguai dentro da carga de BHC, quem vai verificar
582 BHC? Mas foi feito isso, tudo legal pela Itaipu, foi feito autorização, mas houve esse problema e
583 aí se barrou totalmente o envio de material daquela região. Houve esse aspecto dos fatos.

584 O Sr. Rui Leão Mueller (Instituto das Águas do Paraná):- Exatamente. Com essa
585 preocupação desses problemas que tivemos, estamos preocupados em deixar bem clara a
586 situação de licenciamento, de autorização, de transporte e de todo o procedimento. Sei que vão
587 ocorrer, como sempre, problemas. Quando se mexe com dois mil agricultores é certo que muita
588 coisa vai acontecer, mas espero que dentro do previsto aconteçam as coisas, estamos dando
589 margem para a quantidade, margem para essas situações.

590 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Rui, que maravilha poder fazer um relato como esse que
591 você está fazendo, colaborando com o meio ambiente, mas, segundo me parece e minha
592 memória não me ajuda, na justificativa que o Cheida fez quando aprovou essa lei falou em 2.500
593 toneladas de BHC e você relata que foram cadastradas 630. Então, esse gap como fica? Será
594 que o Cheida foi muito pessimista ou houve uma resistência por parte do agricultor, que no
595 começo realmente existiu. Esse é um item.

596 Segundo item. Esse tema já foi muito discutido aqui neste Conselho e apresentei
597 inclusive a possibilidade de o Paraná não mandar para o Rio de Janeiro para ser incinerado e
598 ser aqui destinado para o coprocessamento. Esse assunto ficou embaralhado, o ex-Secretário
599 Rasca parece-me que não era simpático a essa ideia, mas sem justificativa técnica nenhuma,
600 não sei se esse assunto já evoluiu.

601 Terceiro item. Vejam que o Paraná está tendo uma atitude parecida com o carioca, ele
602 não quer que do Paraná vá para lá e o Paraná não quer receber aqui. Parece-me que tudo é
603 uma questão de controlar as emissões. No instante que qualquer incinerador, tanto do
604 coprocessamento como do incinerador comum, lançar na atmosfera um resultado plenamente
605 controlado e aceitável para o meio ambiente, parece-me que não há problema nenhum.
606 Enquanto houver, entre aspas, essa "ignorância" vamos conviver com esse aspecto. Daqui há
607 pouco vai acontecer, como essa empresa que vai mudar de município, a Câmara de Vereadores
608 será alertada e vai proceder da mesma forma que está procedendo a Câmara Municipal de
609 Curitiba, porque Curitiba recebe 2.400 toneladas de resíduos diariamente da região
610 metropolitana e nenhum município da região metropolitana quer colaborar aceitando um
611 Caximba II. Aí um vereador de Curitiba propôs que o aterro da Caximba só receba resíduos de
612 Curitiba. Tem aí um pouco de egoísmo, mas é uma forma de trazer ao debate equilibrado sobre

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

613 a resolução do problema. O problema existe e precisamos resolver.

614 O Sr. Rui Leão Mueller (Instituto das Águas do Paraná):- A primeira pergunta sobre o
615 Cheida, na época que ele era Secretário, conversamos e debatemos muito sobre isso e nossa
616 visão era de 1.500 toneladas. Isso era uma suposição. No fundo diria que tem nas propriedades
617 rurais. Trabalhávamos com uma hipótese que é melhor se trabalhar com mais do que com
618 menos. Então, 1.500 toneladas era bastante razoável. Essas 2.500 toneladas, não sei como
619 surgiram no meio do caminho. Na realidade o próprio Deputado depois ficou falando em 2.500 e
620 não tinha jeito de mudar, mas tudo bem. O importante não era o volume, o importante é que se
621 resolva. O volume é importante porque o custo fica elevado, quando se fala em quantidades
622 maiores o custo vai lá pra cima.

623 Então, nossa ideia era 1.500 e graças a Deus foram 630, mas estamos com medo que
624 muitos agricultores estejam com medo de declarar e conseqüentemente estão lá esperando, se
625 acontecer qualquer coisa boa aí vão agregar. Pode acontecer, mas se ele quiser agregar não
626 poderá, talvez numa outra etapa poderá, num outro processo.

627 A segunda pergunta sobre o coprocessamento. O coprocessamento é possível,
628 tecnicamente falando, legalmente falando não é possível ainda. O IAP se propôs a fazer alguns
629 testes naquela reunião anterior e até as próprias indústrias fabricantes têm interesse que exista
630 um procedimento, porque abaixo o custo violentamente. O processo técnico é muito melhor que
631 o incinerador, provavelmente. Pode até ser melhor, mas isso num estudo - eles que conhecem
632 podem dizer muito melhor que eu, eu lidei há muito tempo com isso, mas hoje não lido
633 diretamente. Mas acho que é possível, a Ana Cecília falou aqui que é possível desde que façam
634 os testes necessários e todo o aparato legal e técnico dentro do processo.

635 O controle de emissões. Os incineradores têm o controle absoluto de emissões,
636 absoluto. O coprocessamento também terá que ter, se não tiver, terá que ter os controles,
637 porque a emissão do incinerador queima produto puro. Todo dia ele queima produto puro e o
638 produto que sai do incinerador como efluente é CO² mais água, mais nada. Se for diferente disso
639 o incinerador breca toda a situação de processo, breca tudo e para tudo. Então, ele tem um
640 controle absoluto das emissões de momento a momento.

641 Então, quanto a isso não temos preocupação, por isso que temos só quatro
642 incineradores no Brasil fazendo esse trabalho e o gargalo desse incinerador está nos
643 prejudicando neste aspecto também.

644 O Sr. Presidente:- Sobre o coprocessamento este assunto foi amplamente debatido
645 neste Conselho e peço que o Secretário Executivo faça um relato sobre as conclusões sobre o
646 *workshop* que finalizou este debate, pelo menos naquela fase.

647 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Faz um ano certinho, 30 de junho
648 de 2009, desse *workshop*. O Professor da USP que veio aqui ficou claro que as indústrias
649 cimenteiras do Estado do Paraná não têm equipamento adequado para fazer o
650 coprocessamento e faria energia continuada no pico chega a 2200° e no final chega com 1200°.

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

651 Ele teria que ter 2000° ou coisa semelhante do início ao fim do túnel. Ainda há também a
652 questão da instalação de filtros adequados para isso. Teria que fazer um investimento muito
653 pesado para as indústrias cimenteiras do Estado do Paraná processar esse organoclorado.

654 Isso o que ele nos deixou, porque esse debate foi levantado aqui do coprocessamento.

655 O Sr. Presidente:- Por favor.

656 A Sra. Conselheira Marília Tissot (FIEP):- Boa tarde a todos. Gostaria de concordar com
657 o Rui. Tecnicamente o coprocessamento é uma tecnologia que têm vantagens em relação à
658 incineração, temperatura, tempo de residência, turbulência, equipamento de controle de
659 poluição, sistema de monitoramento e tudo o mais. A solução via coprocessamento
660 necessariamente teria que passar por testes de queima para se mudar uma situação legal, não
661 uma situação técnica, mas uma situação legal e provavelmente só poderia ser encaminhado
662 através de testes de queima que é próprio para este tipo de licenciamento.

663 O Sr. Presidente:- Agradeço a brilhante contribuição que auxiliou para a conclusão deste
664 assunto fosse bem colocada.

665 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Só para finalizar, sei que o prazo legal foi
666 sabiamente lembrado pelo Sr. Secretário de Agricultura, porque a questão da operacionalidade é
667 o maior desafio hoje, que é a questão de se querer captar mais, pegar mais BHC para que esse
668 BHC seja destinado corretamente. Mas sabemos que ainda há BHC guardado, estocado,
669 enterrado em solo paranaense. Então acho que seria pertinente recomençar o movimento para
670 prorrogarmos esse prazo legal, claro, por outra lei. E o fórum adequado eventualmente para
671 debatermos, para divulgarmos seria no Programa Nacional de Gestores Públicos na área
672 municipal, que vai retomar agora em agosto lá em Faxinal do Céu, final de agosto começo de
673 setembro. Lá teremos uma capilaridade para divulgarmos, para mobilizar, sensibilizar os
674 municípios, através até da sua participação, Rui. Vejo que você está encabeçando essa questão,
675 você é a pessoa que detém o maior conhecimento que está acontecendo afeto a isso e tentar
676 fazer que esse início de trabalho seja continuado e que consigamos tirar efetivamente todo o
677 BHC que está no Paraná, porque é um risco que corremos diuturnamente, principalmente nos
678 recursos hídricos, que é a questão do milênio. Não temos como não falarmos de água hoje em
679 dia, cada vez está mais caro para conseguirmos água com qualidade. Então é um esforço que
680 temos que começar a retomar com toda a sociedade e reafirmo, um fórum bom para discutirmos
681 e sensibilizar, mobilizar é justamente no PNC. E a Débora já me pediu para solicitar a sua
682 presença para fazer uma palestra, uma apresentação e tentar que os municípios capilarizem
683 para vocês.

684 O Sr. Rui Leão Mueller (Instituto das Águas do Paraná):- Tudo bem.

685 O Sr. Presidente:- Damos por encerrado o tema e damos continuidade a nossa pauta,
686 agradecemos as informações ao Engenheiro Rui Mueller, referente esse tema. Temos na
687 inscrição da Tribuna Livre o Rafael, do Gari, Vânia, do ING, e do Roberto Gava, da Fiep.
688 Lembrando que são quinze minutos ao todo, o tempo que for utilizado excessivamente por um

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

689 dos inscritos poderá faltar ao outro. Então, sugiro, como são três, que cada um ocupe cinco
690 minutos. Peço ao Secretário Geral que comece a cronometrar isso.

691 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Vou tentar ser breve e ocupar os meus cinco
692 minutos.

693 Gostaria de ler uma manifestação que foi para a Agenda 2010 como proposição e até
694 resgata um pouco no nosso histórico. O Conselho no Sistema SEMA: “Todos os dias
695 consertamos com verdades inconvenientes. Os nossos rios estão mais sujos, nossas matas
696 mais ralas, a biodiversidade mais pobre, a lei ambiental mais vilipendiada, a atuação de todo o
697 Sistema Sema parece ineficaz. O que fazer? A nossa experiência mostra que, mesmo se fosse
698 mais eficiente, o Governo sozinho continuaria impotente, logo uma estratégia é investir em
699 políticas em rede, articulando Governo e sociedade, empresas, ONG's, academia, etc. Um
700 instrumento poderoso para viabilizar políticas em rede são os Conselhos. Eles são o elo de
701 conexão entre o Sistema Sema e a sociedade, mas eles têm sido pouco efetivos. Para que os
702 Conselhos do Sistema Sema sejam mais efetivos é preciso ampliar a sua autonomia,
703 transparência e prestação de contas. Essa proposta se refere de forma genérica, mas não
704 particular a todos os Conselho do Sistema SEMA, CEMA, COLIT, Conselho Estadual de
705 Recursos Hídricos, Conselho de Administração do IAP, Instituto das Águas, ITCG e por aí vai.
706 Exemplos de medidas para ampliar a autonomia dos Conselhos: reduzir a exagerada
707 dependência dos Conselhos com relação ao Executivo, mas sem deixar de reconhecer o
708 protagonismo do Governo na concepção de políticas públicas; eliminar o modelo chapa branca
709 dos Conselhos ampliando a representação da sociedade, dentre os representantes da sociedade
710 incluir organizações que tenham posturas mais independentes e autônomas em relação ao
711 Governo, como, por exemplo, OAB e o CREA. A representação da academia deve ser exclusiva
712 para especialistas com notório saber na área ambiental. Não devem ser toleradas organizações
713 e representantes da sociedade civil que vivam em simbiose com o Sistema Sema ou com o
714 Governo em geral, pois essa situação desacredita os Conselhos e deturpa os seus resultados;
715 garantir a absoluta autonomia na fixação da pauta e da agenda de reuniões; alterar os
716 Regimentos Internos para que os Conselhos assessorem com mais efetividade ao Executivo na
717 formulações das políticas públicas ambientais, acompanhando o ciclo orçamentário que fiscalize
718 a sua execução, por exemplo, que as diretrizes de ação e o plano de aplicação anual dos
719 recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente sejam aprovadas e fiscalizadas pelo CEMA,
720 nosso Conselho. A renovação de mandato dos Conselheiros não coincida com o calendário
721 eleitoral, respeite-se rigorosamente a agenda de reuniões ordinárias, os Conselhos tenham mais
722 liberdade de auto-organização a favor da eficiência, se respeite às disposições regimentais e se
723 amplie a transparência na escolha de representantes, penalize-se com mais rigor qualquer
724 desrespeito aos Regimentos Internos, demora, legitimidade na escolha de Conselheiros, faltas
725 injustificadas em reuniões; que as Secretarias Executivas dos Conselhos sejam dotadas de
726 meios adequados para atuação que promovam uma maior autonomia, transparência e prestação

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

727 de contas, sobretudo através de internet. Exemplo, medidas para ampliar a transparência na
728 prestação de contas na atuação do Conselho; que a agenda, a pauta e a memória de reunião de
729 todos os atos e mandatos do Conselho sejam divulgadas na internet no máximo cinco dias úteis
730 após a ocorrência, que se estabeleça um código de conduta ética dos Conselheiros,
731 representantes da sociedade civil para disciplinar as suas relações com a SEMA e com o
732 Governo de forma geral. Justificativa: a viabilidade das políticas ambientais depende de
733 Conselhos fortes e atuantes. Conselhos inoperantes ou com reduzida autonomia, transparência
734 e prestação de contas desacreditam o Sistema Sema e as políticas perante a sociedade. Há
735 Conselhos que há tanto tempo não divulgam memórias de reuniões e decisões que parecem
736 estar inativos, outros parecem jamais terem atuado.” Quem elaborou isso não fui eu, foi um
737 louvado engenheiro que compõe o Sistema SEMA, o Sr. José Rubel, a quem agradeço a
738 manifestação, recebi por e-mail e acho que cabe bem aquilo que já debatemos.

739 Para finalizar, queria fazer dois apontamentos. Aprovamos um ofício, na 17ª Reunião
740 Extraordinária do Conselho, em Foz do Iguaçu, para ser encaminhado ao Exmo. Sr. Governador
741 do Estado do Paraná, propondo a abertura de concurso público para o IAP. Gostaria que esse
742 ofício fosse expedido ou senão ato encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do
743 Paraná. A questão dos encaminhamentos, gostaria de refrisar dentro do Regimento Interno,
744 temos todo o nosso material que produzimos, ele deve ser encaminhado para o Arquivo Público.

745 Então, gostaria de reforçar essa situação e pedir que a Secretaria Executiva se
746 manifestasse como está sendo encaminhado para o Arquivo Público do Estado do Paraná. E a
747 última questão, acredito que isso pese um pouco, que é o desligamento do GARI da Comissão
748 de Recuperação de Bens Ambientais Lesados, uma vez que não tenho suplente e não tenho
749 condições de participar efetivamente das reuniões. Gostaria de lamentar e sugerir que outra
750 ONG ocupe o nosso lugar. Muito obrigado.

751 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- O questionamento do GARI em
752 relação ao Arquivo Público, tivemos muitas mudanças de estrutura física e lamentavelmente
753 muitos documentos foram extraviados, mas ontem consegui resgatar as últimas resoluções e
754 estou mandado amanhã para que façamos o caderno de todas as resoluções. Também,
755 recebemos esta semana o resgate das últimas atas e estamos fazendo o caderno. Agora é
756 possível encaminhar de forma absoluta todos os documentos produzidos. Então isso será
757 encaminhado, após esses resgates.

758 Em relação ao desligamento do GARI, se me permite, Sr. Secretário, que a escolha das
759 duas ONG's's foi deliberado em Conselho pleno, os representantes das ONG's. Só fazendo esse
760 histórico para que pudéssemos resgatar isso. Teríamos que ter manifestação das ONG's, os
761 participantes são o Paulo Pizzi - Mater Natura, e teríamos que deliberar um postulante para
762 assumir o lugar do GARI para a substituição já neste momento para que não tenhamos uma
763 perda da continuidade do processo.

764 O Sr. Presidente:- Só para ilustrar, entre várias ações que estamos propondo em nossa

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

765 gestão e realizando com o apoio de todos vocês, essa regularização do Comitê de Recuperação
766 de Bens Lesados que estava com uma década de atraso. Então, através de uma resolução
767 instalamos esse Comitê e está sendo formatado, porque depende de regimento próprio ou coisa
768 que o valha. Então, com a saída do Grupo Ambientalista do Rio Iguaçu, o qual lamentamos, na
769 sequência podemos dar prosseguimento para que outra Organização Não Governamental possa
770 compor conosco e alterar essa resolução.

771 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Espero que as ONG's aqui
772 presentes possam se manifestar na escolha.

773 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Até gostaríamos de participar, mas como
774 as reuniões são quinzenais chegamos num acordo com o Fernando, do IDÉIA Ambiental, que
775 poderá participar e eventualmente substituiremos quando ele não puder.

776 O Sr. Presidente:- Então, solicitamos que seja enviado até sexta-feira também
777 expediente oficializando essa posição das Organizações Não Governamentais para que
778 possamos emitir nova resolução, solicito que faça um aditivo e corrija essa situação.

779 O Sr. Fernando Matsuno Ramos (IDÉIA Ambiental):- Então, estaremos encaminhando
780 representante para o GT.

781 O Sr. Presidente:- Muito bem, aguardamos ofício para oficializar o processo. Na
782 sequência, com a palavra Vânia.

783 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Primeiro gostaria de fazer um convite a
784 todos os Conselheiros que, no dia 08 de julho, na Assembleia, teremos uma sessão solene com
785 o Deputado Cheida onde será feita uma homenagem ao trabalho que fazemos com os
786 agricultores e estaremos lançando o roteiro dos Faxinais, que é um roteiro turístico, um vídeo
787 sobre os Faxinais resgatando a história dos Faxinais e também uma história em quadrinhos
788 contando todas as dificuldades que eles vivem, porque é muito importante dar visibilidade a
789 essas comunidades. São áreas de uso regulamentadas pelo IAP, recebem o recurso do ICMS
790 Ecológico, mas não estão sendo devidamente atendidas e não estão sendo olhadas com o
791 carinho que deveriam ser olhadas.

792 Em novembro tivemos um Globo Rural, saiu no dia 15 de novembro, falando do nosso
793 trabalho e dessas comunidades. Então deixo este convite. Infelizmente não pude deixar para
794 todos o *folder* do roteiro e do nosso trabalho, que é o Projeto de Ecoturismo com a GTZ e a
795 KFW, através do PDA. E gostaria de pedir ao Sr. Secretário providências com relação às coisas
796 que têm acontecido no Faxinal. Semana passada, era feriado em Prudentópolis no dia 24, recebi
797 um agricultor muito transtornado, bem entristecido mesmo, porque estava vendo do lado da casa
798 dele, doze a quinze motosserras cortando mato, deram a lenha para uns estufeiros que têm
799 estufo de fumo, foram lá, cortaram os pinheiros e no dia em que ele foi ao meu escritório os
800 tratores e as esteiras estavam indo derrubar sete alqueires dentro de Faxinal. Além disso, eles
801 têm levado bastantes informações para nós que há dentro do recurso ICMS Ecológico
802 distribuição de semente de pinus e eucalipto, totalmente na contramão daquilo que a lei prevê

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

803 que é conseguir segurar os remanescentes da floresta de araucária. Esse agricultor que esteve
804 no meu escritório, foram dois até por sinal, ele é do Faxinal em Ivaí Anta Gorda, mas não é só lá.
805 Não é privilégio desse Faxinal o problema do desmatamento. Tem no Taboãozinho, esta semana
806 esteve na delegacia levando um outro Faxinal, lá do Taboão Rio de Baixo.

807 Então, gostaria realmente que houvesse um empenho por parte do Secretário para que
808 o IAP tomasse as providências devidas, hoje estive no IAP também, porque estamos fazendo um
809 roteiro turístico para dar visibilidade para essas comunidades e a grande questão é o roteiro de
810 ecoturismo e a gente precisa ter pinheiro. Não podemos chegar lá e só ver pínus e eucalipto.
811 Então, gostaria realmente que o Secretário se empenhasse, por isso deixei o ofício com o
812 Castella para formalizarmos isso, porque temos trabalhado com essas comunidades desde que
813 iniciou o ICMS Ecológico e estão cada vez diminuindo. Inclusive esse senhor que esteve no
814 escritório disse: “Olha, se vocês não fizerem alguma coisa não sei se o nosso Faxinal vai durar
815 mais dois anos!”

816 O Sr. Presidente:- Terá o nosso empenho.

817 A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Obrigada.

818 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Começo as minhas cinco observações exatamente com o
819 problema de Faxinal e daria uma sugestão para a Vânia de dar uma colaboração para proteger
820 os faxinais. No Projeto de Lei da Deputada Rebeca está tratando do REDD – Remuneração ao
821 Desmatamento Evitado. Posso inclusive lhe passar outras sugestões que já fizemos, mas não fiz
822 do Faxinal porque esqueci porém merece bem a nossa atenção.

823 O outro item é que o Lactec vai promover neste local, no próximo dia 30 de julho, um
824 debate longo sobre o código florestal sob a ótica dos reservatórios hídricos. O debate será
825 interessante.

826 Sobre o Fundo Estadual do Meio Ambiente, estive lendo as atas e lá constou a
827 declaração do nosso ex-Diretor da Secretaria, Dr. Allan, em que ele diz textualmente, eu só não
828 anotei a linha, que o FEMA já teve as suas prestações de contas aprovadas anualmente pelo
829 Tribunal de Contas. Fui pesquisar nos diários oficiais, mas acho que a luz não estava boa,
830 porque não encontrei. Então, gostaria que a Secretaria do Meio Ambiente me indicasse onde
831 estão, quais são os diários oficiais em que consta a aprovação da prestação de contas. As
832 palavras são do Dr. Allan.

833 Daria uma sugestão ao Sr. Secretário, que editou essa Portaria nomeando um GT, que
834 já deixasse definido um prazo, por exemplo, de quinze dias decorridos dos trinta para termos a
835 realização da sua proposta de uma reunião extraordinária para analisar especificamente o
836 resultado. Gostaria de ver o número citado, quinze, vinte, trinta dias, mas que não ficasse aberto.

837 Nas publicações da SEMA está indicado, e achei ótimo, que 2010 é o ano da
838 biodiversidade e eu pergunto se este Conselho pode colaborar com alguma coisa para que
839 realmente façamos vingar o ano internacional da biodiversidade. Não sei se a Secretaria já tem
840 alguma programação rascunhada neste sentido.

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

841 Seria isso. Muito obrigado.

842 O Sr. Presidente:- Muito bem, iniciando pelo último assunto, biodiversidade, este é um
843 ano simbólico uma vez que no Estado do Paraná as ações são muitas e não só neste ano. Não
844 temos um programa de ações só para este ano, que é o ano símbolo. Um Estado que tem 10%
845 da sua área coberta por unidade de conservação já tem, digamos, um bom início em termos de
846 prática de conservação da biodiversidade. Claro que ressaltar isso, trabalhar com uma agenda
847 positiva no sentido elucidativo e educativo é muito bem-vindo. Claro que sim. Entre várias ações
848 que estamos realizando, como, por exemplo, ampliação de unidade de conservação, o
849 aprimoramento do SISFAUNA, assinatura do Decreto de Revisão da Fauna ameaçada de
850 extinção, do Estado, que fizemos com o governador, recentemente, essas são algumas ações de
851 caráter legal, de caráter objetivo, mas a agenda está aberta para sugestões positivas, pró-ativas,
852 para que não apenas 2010 seja o ano da biodiversidade, mas todos os dias da nossa existência,
853 porque nós também somos biodiversidade. Isso é importante, isso é bastante bem-vindo.

854 Referente ao FEMA. Na realidade, independente de diário oficial, digo a vocês que na
855 nossa próxima reunião, já encomendamos os estudos para os órgãos competentes para que se
856 tenha historicamente uma apresentação dos destinos do FEMA, assim como historicamente
857 estamos fazendo a instalação dos Comitês de Bens Lesados. Então, isso está sendo elaborado,
858 eu também estou tomando conhecimento dessa situação, confesso que como Diretor da Área de
859 Saneamento da SUDERHSA na época não tinha conhecimento pleno. Então, estou tomando o
860 devido conhecimento aprofundado para que na nossa próxima reunião do Conselho tenhamos
861 essa apresentação que digo como histórica, porque o que me consta, até então, nunca havia
862 sido apresentada neste âmbito aqui. Também, além de ser um processo mais transparente, mais
863 claro, evita algumas conturbações, alguns pensamentos um pouco alucinado até em relação ao
864 destino do FEMA, pensamento até muitas vezes escritos.

865 Então, é uma preocupação nossa, é uma preocupação do Estado, é uma preocupação
866 do Governador, que isso venha ser apresentado a todos nós. Os estudos estão sendo feitos, os
867 dados estão sendo levantados para que isso chegue ao nosso conhecimento. A mesma
868 ansiedade que os nossos Conselheiros têm é a mesma ansiedade do Secretário também.

869 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Só a título de esclarecimento. A nossa maior
870 dificuldade nesta Comissão em todas as reuniões que participei, ontem estive na reunião...

871 O Sr. Presidente:- Qual Comissão?

872 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Do Comitê de Bens Lesados, que é específica
873 de ação civil pública, um valor que compõe o fundo numa conta específica. Qual nosso principal
874 entrave lá dentro? Não é por que me desliguei que não vou ajudar nisso.

875 O Sr. Presidente:- Muito bom.

876 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Inclusive a minuta de Regimento Interno vai
877 circular pelo meu e-mail, não tenho disponibilidade presencial, mas vou continuar contribuindo, o
878 que ocorre? Como sabemos como o Fundo está funcionando? Através de ligações dos

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

879 representantes para lugares específicos, isso é publicidade? “O Saint-Clair ligou para não sei
880 quem? Ah, tem duzentos mil. Ontem a Dra. Cecília ligou para não sei quem, ah tem cento e
881 setenta e nove mil”.

882 O Sr. Presidente:- Foi o que falei agora, o Comitê está recém-instalado com essa função
883 de disponibilizar assim também como as situações do FEMA. Concordo com você que isso não
884 seja publicidade, mas estamos trabalhando para que venha ser, porque todos nós estamos em
885 funções bastante estratégicas e essas funções nos remetem à tarefa de fazer.

886 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (GARI):- Parabenizo o senhor inclusive por isso,
887 gostaria da sua atitude, estou gostando da condução da reunião pelo senhor, só que este pleito
888 não é de ontem, não é de anteontem, desde quando entrei já mandei um encaminhamento
889 solicitando prestação de contas. Se tivesse essa prestação eu chegaria numa reunião e saberia
890 o que estaria falando. Ontem fiquei boiando, me senti um idiota ontem.

891 O Sr. Presidente:- A minha responsabilidade por esse pleito começa a partir do
892 momento que assumi a Secretaria.

893 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Por isso parabenizo o senhor por estar
894 enfrentando, gostaria que enfrentasse conjuntamente a abertura de concurso para o IAP.

895 O Sr. Presidente:- Não só para o IAP, lembrando existe um vício nosso ao falar do
896 sistema ambiental do Estado SEMA/IAP. Temos SEMA, IAP, Instituto das Águas também precisa
897 de pessoas, o ITCG por ser um órgão recém-criado está conseguindo resolver a sua questão de
898 pessoal.

899 Em conversa com o Governador, com o próprio Secretário de Administração, no primeiro
900 momento já estamos solicitando àqueles profissionais que já estão na reserva técnica do Estado,
901 foram concursados, para num primeiro momento começar a suprir. E já na seqüência
902 encaminhar concurso de acordo com os parâmetros da legislação. Entendemos que não
903 somente o IAP tem essa necessidade, mas as demais instituições também. Essa já é uma forma
904 conhecida de todos nós.

905 O Sr. Sérgio Luiz Trentin Marchauek (SEPL):- Dizer para você que já tem um concurso
906 do Estado, que foi efetuado em 25 de novembro de 2009. Então, tem tanto funcionário do quadro
907 de nível médio como de nível superior que estão sendo chamados e continuarão sendo
908 chamados. Será aproveitado todo esse pessoal desse quadro que foi concursado. Então, já
909 existe este concurso.

910 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Só um esclarecimento. Acontece que as
911 autarquias do Estado, e não desvalorizar nenhuma delas aqui, o Instituto das Águas, o ITCG, o
912 IAP, o sistema todo, inclusive o Conselho onde faz parte desse sistema, está lá, Secretaria de
913 Estado do Meio ambiente, Conselho Estadual do Meio Ambiente, está no segundo item do
914 sistema. O que acontece? Minha preocupação é que há concurso público no Estado do Paraná.
915 Há, é verdade, foi feito em 2009, mas é feito para o quadro geral do Estado do Paraná e não se
916 vincula edital a determinada autarquia. É uma autarquia, que eu vejo, capenga que existe dentro

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

917 do Paraná, o ITCG, o Ipaguas, o IAP, por quê? Porque tem orçamento próprio e não tem pessoal
918 próprio. Então, a pessoa eventualmente está no IAP prestando seu serviço fiscal, às vezes
919 incorre num exagero de uma fiscalização, ou às vezes está exercendo o seu poder de polícia
920 corretamente e essa pessoa se vê surpreendida de ser transferida do IAP para não sei onde?
921 Então temos que evoluir neste sentido, de tentar reestruturar essas instituições com quadro
922 próprio de pessoal.

923 O Sr. Presidente:- A transferência não ocorre de uma hora para outra. Quem está
924 fazendo parte do quadro do IAP é do IAP. A transferência é por pedido e, claro, mediante análise.
925 Agora, esse corpo técnico que é oriundo desse concurso, temos vários profissionais com várias
926 formações que podem neste momento nos auxiliar e já passarem a fazer parte do quadro. O
927 Governo Federal também, quando elabora concursos em algumas situações, elabora de uma
928 forma geral para depois ir encaminhando para seus devidos órgãos.

929 Então é uma ideia de aprimoramento, é importante o que você falou, mas como não
930 temos a formatação de concurso específico, vamos utilizando essa reserva intelectual técnica
931 que está sendo chamada gradativamente. Claro que muitas vezes não encontramos, como, por
932 exemplo, um geólogo especialista em água subterrânea. Vamos encontrar um geólogo que pode
933 vir começar a suprir nossas necessidades e assim sucessivamente, até porque este é um
934 momento importante para que os novos que estão chegando consigam ter o repasse de
935 conhecimento e aprendam com aqueles nossos funcionários que muito já se dedicaram, muito
936 realizaram e tem muito a ensinar também. Então, esse período de convivência é extremamente
937 importante, até para que não chegue um outro momento que tenham que começar praticamente
938 do zero e de uma forma mais solitária.

939 Muito bem, a questão de pessoal conversamos. A Tribuna Livre já se posicionaram,
940 temos agora Assuntos Gerais. Pois não.

941 O Sr. Adriano Wild:- Boa tarde. Estou substituindo o Paulo Pizzi do Mater Natura.
942 Apenas complementando a observação sobre o ano da biodiversidade, nos dias 21 a 23 houve
943 um evento em São Paulo, chamado Viva a Mata, e ali foi lançado um livrinho que é o resultado
944 de um estudo de mais de cem RPPN's com resultado da biodiversidade encontrada nas RPPN's.
945 Então, vou me comprometer a encaminhar uma cópia desse documento bem interessante a este
946 Conselho, para mostrar que também as RPPN's contribuem muito com a biodiversidade.

947 O Sr. Presidente:- Desde já agradecemos. Neste momento passamos a palavra ao
948 Presidente do IAP. O Secretário da Agricultura Erickson Chandora esteve conosco até pouco
949 tempo, teve um chamado, deixa o nosso convívio temporariamente e estava inscrito também
950 para se pronunciar em assuntos gerais.

951 O Presidente do IAP, José Volnei Bisognim, que assumiu no dia 30 de abril, oriundo do
952 Escritório Regional de Toledo. O critério para escolha do Presidente do IAP neste momento,
953 nesta fase do nosso Governo, foi um critério que não atendemos a *lobby*, quem não quisesse ser
954 Presidente do IAP era fazendo *lobby*, não seria. Fomos buscar na área técnica em um escritório

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

955 regional que tenha sido referência como as demais e escolhemos um chefe regional para que
956 viesse trabalhar em Curitiba conosco para assumir o IAP como um todo e foi o caso do Dr.
957 Bisognim, que hoje está conosco, e faz a primeira apresentação em nosso Conselho Estadual do
958 Meio Ambiente. Já vem enfrentando situações positivas e outras nem tão positivas, mas todas
959 transponíveis de solucionar.

960 O Sr. José Volnei Bisognim (Presidente do IAP):- Obrigado, Secretário. Eu sempre
961 imaginava como seria a reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente, então é uma
962 satisfação vir do interior e estar aqui com vocês hoje.

963 O Castella nos cobra muito a respeito do colegiado, conversamos bastante sobre isso,
964 então o colegiado de julgamento do Estado do Paraná, vou fazer um breve relato aqui, porque é
965 uma coisa que interessa a todos e principalmente ao Conselho.

966 Até 1998 os Estados tinham legislação própria, o fiscal trabalhava com a legislação de
967 caça de pesca, de floresta, de preservação permanente e a poluição era a legislação estadual.
968 Então, a lei de crimes ambientais de 1998 consolidou tudo numa única legislação e hoje o Brasil
969 todo trabalha com essa legislação.

970 Em 2008, o Presidente do IAP editou três portarias que devem ter sido apresentadas
971 aqui, as Portarias 210, 211 e 212, que mudou toda a sistemática de fiscalização que fazíamos
972 todo o tempo. Mudou tudo! Então é um processo novo que ainda estamos construindo, legal, foi
973 feita com base jurídica da lei de crimes ambientais, dos decretos federais e o objetivo era fazer
974 um julgamento rápido, que fosse transparente e que o dinheiro voltasse rapidamente para a
975 sociedade, principalmente ao município que teve o seu crime ambiental efetivado. E dizer que o
976 quadro funcional na época, quando as Portarias foram editadas, foi totalmente contrário, porque
977 mudava uma coisa que já se fazia há vinte anos. Então, em 2009 foi consolidado.

978 Quando assumi em abril o Tribunal de Contas contestou a forma dos bens virem para o
979 IAP. No segundo dia de meu mandato determinei que a partir daquele dia o IAP não mais
980 poderia ser beneficiado com a multa do colegiado, com carros, veículos, construções. Tudo isso
981 foi deixado para trás até que nós, junto ao Tribunal de Contas, tivéssemos um ok, um positivo,
982 de como fazer. O Tribunal de Contas entende que tem que passar por processo licitatório, etc., é
983 uma coisa bem complexa e estamos discutindo com ele. Até que se discuta isso legalmente o
984 IAP não mais será beneficiário, principalmente de veículos e equipamentos. Toda multa do IAP
985 hoje, os colegiados estão julgando multas velhas e novas, foi feito para julgar as multas novas,
986 para acelerar, mas está jogando um passivo de trinta mil multas, vamos dizer, por baixo. Temos
987 umas trinta mil multas para serem julgadas, mais ou menos. Então é um esforço hercúleo se
988 julgar trinta mil multas e o objetivo principal do colegiado é acelerar, fazer com que em noventa
989 dias sejam julgados esses autos novos. É esse o objetivo. Estamos nomeando mais quarenta,
990 cinquenta servidores para os colegiados, fazendo treinamento. Nossa opinião é que o colegiado
991 tem que continuar, mesmo porque o dinheiro do colegiado hoje está vindo para o FEMA.
992 Tínhamos um problema de perder o auto da infração pelo decurso de prazo, por não termos

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

993 tempo de julgar. Se o processo não for julgado em cinco anos, perdemos o processo. Temos
994 processo que temos que cobrar imediatamente.

995 Então, do colegiado queremos implementá-lo, no interior temos apenas cinco regionais
996 que estão fazendo julgamento, queremos estruturá-los melhor, porque o objetivo é muito bom.
997 Na verdade o objetivo é acelerar a recuperação e o julgamento e a parte legislativa, porque a
998 parte criminal o Promotor Público vai fazer.

999 Bom, pessoal, hoje é um dia muito triste para nós, vocês acompanharam pela televisão
1000 que tivemos dois funcionários detidos pela Polícia Federal numa operação de tráfico de animais
1001 silvestre. Surpreendeu-me muito essa ação hoje, estivemos com a Polícia Federal, com o
1002 Secretário no IAP, franqueamos toda a colaboração possível. Os nossos funcionários foram
1003 detidos, o Diretor de Licenciamento e Fiscalização e o responsável pela fiscalização. Nem ia
1004 citar, mas acho que estamos no Conselho, cabe citar a importância do que originou isso.
1005 Tivemos ano passado um auto de infração de apreensão de mil e cinco exemplares de aves
1006 exóticas que foram introduzidas no país sem o devido licenciamento ambiental e autorização do
1007 IBAMA. Essa multa foi feita pela Polícia Ambiental do Paraná ano passado.

1008 Então, segundo denúncias, esse é o traficante e teria agendado o julgamento dele em
1009 julho no IAP. Então o auto dele não está julgado. Não sabemos o teor das escutas, acreditamos,
1010 até prove em contrário, que os nossos funcionários são inocentes, mas as investigações dirão. O
1011 nosso departamento jurídico está atuando, está vendo o que está acontecendo, evidentemente
1012 que o quadro de funcionários hoje ficou bastante abalado, o Estado hoje está muito abalado,
1013 porque essas pessoas são referências na Diretoria, são pessoas que já tiveram um grande
1014 trabalho no Estado.

1015 A partir de hoje instauramos o procedimento de investigação também do próprio IAP
1016 para sabermos se houve alguma coisa, mas vamos aguardar os resultados. Dizer que é uma
1017 autuação da Polícia Ambiental que foi feita ano passado, totalmente correta, os pássaros foram
1018 apreendidos. Então não sabemos exatamente o que aconteceu. Esperamos as investigações
1019 para verificar e se Deus quiser os nossos funcionários provarão que não têm nada a ver com
1020 isso. O órgão hoje foi manchado e é manchado do Presidente ao faxineiro, o IAP é uma coisa só.
1021 É um dia muito triste para nós, em 26 anos já participei como membro de mais de 15
1022 sindicâncias e já vimos muitas coisas piores do que essa e no final foi esclarecido, as pessoas
1023 punidas ou inocentadas. Enfim, isso passa, mas agora cabe a nós um momento de tranquilidade
1024 e fazer os trabalhos rotineiros, apesar do baque que é muito grande hoje, a Diretoria está bem
1025 abalada. Então, queremos que nos próximos dias voltemos a tranquilidade e que os nossos
1026 funcionários provem à sua inocência perante a justiça. Muito obrigado.

1027 O Sr. Presidente:- Ontem, antes do início da operação, solicitamos ao Governador a
1028 exoneração do referido Diretor. Então é importante salientar isso, o Diretor já está exonerado,
1029 antes do andamento da operação, cabe às investigações, às justiças, levantar o que realmente
1030 ocorreu, no momento qualquer opinião a respeito se torna precipitada. Temos que aguardar o

**TRANSCRIÇÃO DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE,
30 DE JUNHO DE 2010.**

1031 resultado dos trabalhos que estão sendo muito bem conduzidos pela nossa Polícia Federal, da
1032 qual somos parceiros, acima de tudo.

1033 Dentro do nosso encerramento, uma vez que já passamos para a Tribuna Livre e outros,
1034 gostaria de agradecer o apoio que estamos tendo na nossa gestão, frente à Secretaria do Meio
1035 Ambiente e as demais vinculadas, apoio fundamental dos integrantes deste Conselho. Informo
1036 que algumas situações que estavam algum tempo necessitando de solução estamos
1037 conseguindo encaminhar. Talvez num primeiro momento não da melhor maneira possível, mas
1038 estamos realizando. Dentro de algum tempo teremos a regulamentação do nosso Instituto das
1039 Águas que, com força e vigor, possa dar andamento às suas atuações. Enfim, informo a vocês
1040 que a nossa forma de gestão, de gerenciar e agir é dentro do princípio participativo, do princípio
1041 da cordialidade, porque entendemos que a época de gritos e pancadas na mesa já foi. Então
1042 temos que nos centrar no único objetivo que é termos um ambiente em equilíbrio e dentro dos
1043 parâmetros da sustentabilidade para a qual continuamos contando com todos vocês.

1044 Quando temos alguns exemplos de algumas instituições que deixam alguns comitês
1045 técnicos, mas permanecerão à distância, isso só nos estimula a dar continuidade ao nosso
1046 trabalho, como aconteceu aqui, que demonstra de mais uma vez a seriedade e a competência
1047 que todos que integram este Conselho, que representam a sociedade aqui têm.

1048 Agradeço, em especial, a presença dos nossos Presidentes que aqui estão, de todos
1049 vocês, dos Presidentes das vinculadas e dentro da reformulação da participação do Conselho,
1050 ainda estávamos falando sobre isso, possivelmente teremos outras instituições que estarão
1051 conosco buscando este equilíbrio como foi aqui tão bem solicitado.

1052 Em agosto temos a previsão da nossa próxima ordinária do Conselho, obviamente
1053 vamos envidar atenção e esforços especiais para que essa reunião não venha ser adiada e
1054 aquilo que está sendo proposto hoje possa acontecer como a tão esperada prestação de contas
1055 do Fundo Estadual do Meio Ambiente, entre outras situações.

1056 Acho que os trabalhos de hoje foram bastante profícuos, bastante práticos e mais uma
1057 vez agradecemos a todos. (Palmas).

1058 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Só uma última palavra, Sr. Secretário, acho que
1059 é meio tardio, mas seja bem-vindo, agradeço ao Diretor-Presidente do IAP, acho que de forma
1060 alguma o instituto está manchado. Só por ver um técnico do IAP sendo Presidente acho que é
1061 motivo de orgulho pra gente, não temos que ter mácula nenhuma, isso é um desdobramento da
1062 vida.

1063 O Sr. Presidente:- Está encerrada a reunião.